

Sumário

Apresentação	XV
Prefácio	XIX
1 Introdução	1
2 O direito fundamental ao acesso à justiça	7
2.1 Noções sobre a ideia de justiça.....	7
2.1.1. Lato sensu (valor universal)	8
2.1.2 Stricto sensu (valor jurídico-político).....	15
2.1.3 A justiça como base da vida em sociedade	20
2.2 O acesso à ordem jurídica justa.....	22
2.2.1 Previsão normativo constitucional.....	24
2.2.2 Instrumento de concretização de direitos.....	26
2.2.3 O acesso à ordem jurídica justa de Kazuo Watanabe.....	32
2.3 Obstáculos ao acesso à ordem jurídica justa e as ondas renovatórias	34
2.3.1 As barreiras identificadas por Cappelletti e Garth	34
2.3.1.1 As custas judiciais	34
2.3.1.2 As possibilidades das partes	35
2.3.1.3 As questões dos interesses difusos	37
2.3.2 As ondas renovatórias do acesso à justiça	37
2.3.2.1 As três ondas de Cappelletti e Garth	38
2.3.2.2 Enfoque sobre a população mais vulnerável	40
2.3.2.3 Breves perspectivas das ondas renovatórias no Brasil.....	42

3 Litigiosidade e acesso à justiça: uma análise contraintuitiva	49
3.1 Desmistificando a Justiça em Números: o Estado e os grandes litigantes	51
3.1.1 O Estado brasileiro como gerador de conflitos	54
3.1.1.1 Algumas reflexões sobre o controle da Administração Pública e os impasses levantados por Marques Neto e Palma	59
3.1.1.2 A delicada relação entre Estado-Administração e Judiciário.....	62
3.1.1.3 A judicialização de políticas públicas	65
3.1.1.4 As demandas massificadas contra o Estado como reprodução ou ampliação das desigualdades	68
3.1.2 A litigância exacerbada das instituições privadas	71
3.1.2.1 A velocidade das transformações sociais.....	72
3.1.2.2 As vantagens dos repeat players e seus interesses escusos no litígio	77
3.2 A resistência à busca da tutela jurisdicional	86
3.2.1 A pesquisa empírica realizada por Irapuã da Silva	87
3.2.2 A limitada credibilidade do sistema de justiça brasileiro e os impactos na vida do cidadão comum.....	91
3.3 A realidade dos CEPs esquecidos	95
3.3.1 O mapa da litigiosidade da cidade de São Paulo/SP	96
3.3.2 Algumas austeras incongruências da realidade socioeconômica brasileira.....	98
3.3.2.1 Pobreza e desigualdades.....	98
3.3.2.2 Precariedade e iniquidade do sistema educacional	101
3.3.3 A hipervulnerabilidade dos moradores dos CEPs esquecidos	103

4 Para uma efetiva inclusão dos CEPs esquecidos à ordem jurídica justa	111
4.1 A insuficiência do estágio atual do acesso pelos hipervulneráveis	111
4.1.1 Os obstáculos remanescem	111
4.1.2 Breve balanço crítico das ondas renovatórias na realidade brasileira.....	114
4.1.2.1 Mudanças normativas: acessibilidade e escolhas políticas.....	115
4.1.2.1.1 A pauta redistributiva do acesso à justiça	115
4.1.2.1.1.1 Juizados Especiais.....	116
4.1.2.1.1.2 Ações Coletivas.....	118
4.1.2.1.2 A pauta eficientista e gerencial nas reformas legislativas posteriores	121
4.1.2.2 Percepções práticas e insuficiência dos institutos existentes	124
4.1.2.2.1 Juizados Especiais.....	125
4.1.2.2.2 Ações Coletivas.....	127
4.2 Possíveis caminhos para a democratização do acesso à justiça	130
4.2.1 O desenvolvimento de capacidades através da educação em direitos	133
4.2.2 Alguns programas já consolidados e sugestões de melhoria.....	136
Conclusão	147
Referências	151
Anexos	167